GOVERNO DO ESTADO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO N.
CEE N° 2244/75

INTERESSADO:
INSTITUTO DE ENSINO "IMACULADA CONCEIÇÃO" - CAPITAL
ASSUNTO:
Consulta

RELATOR:

Conselheiro: JOSÉ AUGUSTO DIAS
PARECER N. 692/76 CÂMARA/COMISSÃO APROVADO EM CSG 08.09.76
COMUNICADO AO PLENO EM

I- RELATÓRIO

HISTÓRICO:

A Direção do Instituto de Ensino "Imaculada Conceição" - formula consulta a respeito de vários aspectos do ensino profissionalizante. Muitas das questões já foram respondidas por este Conselho em numerosos pareceres.

APRECIÇÃO:

1ª Pergunta: "Alunos portadores de certificados de conclusão de 2º grau podem cursar apenas as disciplinas profissionalizantes, a fim de obterem uma habilitação profissional?"

Resposta: Esta questão foi apreciada pelo Parecer CEE n° 1949/74, cuja conclusão estabelece:

1º- "Aluno matriculado em escola que ministra habilitação profissional poderá ser dispensado das matérias de Educação Geral, desde que comprove haver concluído o ensino de 2º grau ou realizado estudos equivalentes.

2º- A Escola, decidirá sobre a dispensa total ou parcial de cada disciplina de Educação Geral, à vista do programa e carga horária já cumpridos e dos objetivos de programa e carga horária por cumprir na habilitação pretendida".

Assim sendo, a pergunta do Instituto, da maneira - como foi formulada, não tem resposta inteiramente afirmativa. Além das disciplinas profissionalizantes, os alunos precisarão estudar - também as disciplinas de ~~que~~ não obtiverem dispensa.

2ª - Pergunta: "Em caso afirmativo, poderíamos abrir classes especiais?"

Resposta: Sim, devendo ser tornados as seguintes cautelas:

1ª- Cumprimento integral da carga horária profissionalizante, inclusive estágio, se exigido pela habilitação.

2ª- A reorganização do currículo para intensificação do ensino não deve resultar em duração inferior a dois semestres letivos, se para habilitação plena, e a um semestre letivo, se para habilitação parcial.

3ª- Pergunta: "Em casos de transferência, poderia haver dispensa de disciplinas da parte diversificada de formação especial, e substituí-las por outras que julgamos de equivalente valor formativo?"

Resposta: A respeito de substituição de disciplinas devem ser observadas as seguintes normas, com fundamento no artigo 12 da Lei nº 5892/71 e seu parágrafo único:

1ª- Não pode haver dispensa ou substituição de disciplinas do núcleo comum e dos mínimos fixados para as habilitações profissionais plenas.

2ª- Pode haver substituição de disciplinas consideradas de equivalente valor formativo dentre as escolhidos pela escola para composição da parte diversificada.

3ª- Em se tratando de habilitação parcial, admite-se no máximo substituição de uma disciplina entre as fixadas para os mínimos profissionalizantes.

4ª- Pergunta: "A carga horária destinada ao estágio obrigatório para a obtenção do grau de técnico pode ser computado como carga horário do conteúdo profissionalizante de formação especial?"

Resposta: A resposta é afirmativa.

O Parecer CEE nº 1 6 8 4 / 7 4 limita, no entanto, este cômputo a, no máximo, "10% do tempo consagrado à parte especial".

5ª- Pergunta: "As disciplinas Técnicas Médicas e Biotécnica podem ser ministradas por farmacêutico- bioquímico?"

6ª- Pergunta: " Que profissional poderia lecionar a disciplina Organização?"

Resposta: A 5ª e a 6ª perguntas referem-se ao mesmo problema de encontrar professores para disciplinas profissionalizantes. O assunto é da alçada federal, que estabelece os seguintes diretrizes:

a) Para exercício do magistério de 2º grau o professor precisa ser portador de licenciatura plena (artigo 30, letra "e", da Lei nº 5092/71).

b) Portadores de diploma de grau superior podem obter habilitação para o magistério de disciplinas especializados do 2º grau mediante complementação pedagógico de 600 horas (Esquema I da Portaria BSB 432, de 19/7/1971).

PROCESSO Nº 2244/75 PARECER Nº 962/76 (fls. 3)

c) A habilitação para lecionar determinada disciplina dependendo o portador do diploma do curso de nível superior tê-la estudado nos seus cursos de formação, por período nunca inferior a 2 semestres (Item 6º, alínea "b", do Parecer CEE nº 76/75).

7ª- Pergunta: " P o d e haver adaptação de disciplinas profissionalizantes?"

Resposta: A resposta é afirmativa. Em nenhuma hipótese, porém, o aluno deve deixar de cumprir integralmente a carga horária das disciplinas profissionalizantes. Ver a respeito o Parecer CEE nº /76. (Proc. 4120/75)

CONCLUSÃO:

Votamos no sentido de que se responda à consulta do Instituto de Ensino "Imaculada Conceição", desta Capital, nos termos deste parecer.

CESG, 23 de agosto de 1976

Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu parecer o voto do Relator.

O mesmo foi aprovado com a solicitação de ser publicado na íntegra.

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, JOSÉ AUGUSTO DIAS, Pe. LIONEL CORBEIL.

Sala da Câmara de Segundo Grau, em 25 de agosto de 1976

a) Conselheiro- Pe. LIONEL CORBEIL- Vice-Presidente
no exercício da Presidência

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 8.09.76

a) Cons. Luiz Ferreira Martins
Presidente